



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Juridico

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
194	As minutas de editais, contratos, acordos, convênios e ajustes, são aprovados e vistados previamente pelo setor jurídico, antes da sua assinatura?	X			
207	Os processos de solicitação de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas, são previamente analisadas com parecer do setor jurídico? (art.26 da Lei Complementar nº 101/2000).	X			
- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
202	O setor analisa as contratações de operações de crédito, para que não sejam realizadas com instituições não financeiras? (Lei Complementar nº 101/2000, Lei 4.595/64 e resolução nº 78/98 do Senado Federal).		X		Não há notícias de contratações de operações de crédito
- LIMITES CONSTITUCIONAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
204	Os subsídios dos agentes políticos (prefeito, vice-prefeito e secretários), foram fixados em parcela única de acordo com a determinação constitucional? (arts. 39 § 4º e 29, inciso V, ambos da Constituição Federal).	X			
- DÍVIDA ATIVA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
188	Os tributos não recebidos pelo município, após seu vencimento, são inscritos em dívida ativa?	X			
189	Existe o controle dos processos tributários, inscritos em dívida ativa, via judicial ou extrajudicial, do andamento ou da situação dos referidos processos?	X			
205	O setor adota regularmente providências para cobrança de dívida ativa, evitando a prescrição do direito de cobrar o crédito tributário e não tributário devido? (art.30 inciso III da Constituição Federal).	X			



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Juridico

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
172	A participação da sociedade nas audiências públicas, foi disciplinada e estabelecida em lei municipal?		X		
184	Estão sendo elaborados demonstrativos das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa? (art. 13 da LRF).	X			
187	O prefeito e os demais órgãos da administração, estão sendo assessorados por este setor, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica?	X			
190	Existe uma participação direta e freqüente na elaboração de minutas de projeto de lei, decretos, editais e portarias, por este setor jurídico?	X			
193	O município é representado em juízo por este setor, de forma eficiente para não causar prejuízos ao mesmo?	X			
195	Estão sendo atendidas as consultas e, posteriormente, emitidos pareceres jurídicos sobre as matérias de interesse do município?	X			
196	Na elaboração do texto do projeto de Lei do Plano Plurianual dispõe sobre o orçamento da receita e da despesa, estabelecendo os objetivos e metas da administração para um período de quatro anos?		X		Este setor, não participa da elaboração do plano
208	A estrutura dos arquivos de textos jurídicos está armazenada de forma adequada e de acesso fácil aos interessados?	X			

Data da Impressão: 28/09/2018

Prazo para a Entrega: 28/09/2018

CAMILA OLIVEIRA BEZERRA  
DIRETORA DO DEPTO JURÍDICO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 1 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Controle Interno**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
216	No sentido de melhorar o nível profissional dos servidores municipais, o setor promove programas de capacitação de recursos humanos, assim como a modernização de suas práticas administrativas?		X	24/09/2018	não foi realizado no período devido a falta de recursos, somente os funcionários do quadro do magistério tem capacitação constante.	
225	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: balanço anual, formalizados nos termos e anexos da Lei nº 4.320/64, art 101, acompanhado pelo balancete contábil do último mês do mandato, devidamente assinado pelo prefeito municipal na entrega de cargo pelo sucedido ao seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: backup de todos os arquivos, bem como dos programas de software existentes na prefeitura, Fundações, Fundos e Autarquias?		X	24/09/2018	não se aplica ao período	
226	Na entrega de cargo pelo sucedido ao seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: demonstrativos analíticos dos saldos disponíveis (caixa e bancos) e realizáveis, devidamente assinados pelo gestor, contador e responsável pela tesouraria?		X	24/09/2018	não se aplica ao período	
<b>- DESPESA</b>						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
214	Na dispensa de retenção do INSS sobre a cessão de mão de obra é solicitado declaração do contratado contendo os requisitos do art. 157 da IN do INSS nº 100 (art. 157 da IN nº 100 de 18/12/2003)	X		24/09/2018		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 2 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Controle Interno**

<b>- AÇÃO GOVERNAMENTAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
215	Na descentralização da administração direta, foram criados os fundos municipais, é desfrutado para que o seu gestor não seja o prefeito municipal, para que caracterize o objeto de descentralização administrativa?	X		24/09/2018	
217	Os fundos municipais criados por lei, estão regulamentados conforme exigência legal?	X		24/09/2018	
218	O município regulamentou a forma de repasses mensais de suprimentos pelo poder executivo, à câmara municipal de vereadores? (Lei Orgânica, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Ordinária).	X		24/09/2018	
219	Os dados informatizados referentes ao mês anterior foram gerados e enviados ao Tribunal de Contas do Estado?	X		24/09/2018	
220	A organização do sistema de controle interno abrange a estrutura organizacional, em que se identificarão as responsabilidades da entidade jurídica e dos respectivos órgãos que a constituem, segregados em função das atividades que executam?	X		24/09/2018	
221	A organização do sistema de controle interno, abrange o processo decisório, que se relaciona com o quem é quem na organização, quem toma decisão? Quem responde por esta ou por aquela ação?	X		24/09/2018	
222	A organização do sistema de controle interno, esta integrando e abrange o processo de execução das atividades de cada setor, em que a preocupação é com a rotina e com os procedimentos que serão ou são adotados para que uma tarefa seja executada sem solução de continuidade?	X		24/09/2018	
223	A organização do sistema de controle interno, abrange e está integrado com o processo gerador de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, econômicas e gerenciais para fins de avaliação de custos e resultados, conforme os grupos de classificações das atividades governamentais?	X		24/09/2018	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

**Relatório Preenchido**

AGOSTO/2018

Página 3 de 13

---

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Controle Interno**

---

**ANDREA CRISTINA LEITE DE FRANÇA  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 4 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
586	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO CORRETAMENTE O MÍNIMO DE 95% DO TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DE ACORDO COM A LEI 11.494 DE 20 DE JUNHO DE 2007?		X	24/09/2018	foi aplicado 93,97% em junho/2018
587	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO CORRETAMENTE O MÍNIMO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DE ACORDO COM A LEI 11.494 DE 20 DE JUNHO DE 2007?	X		24/09/2018	foi aplicado 86,57% com base no relatório de instrução do tribunal de contas do mês de junho de 2018.
<b>- CONTROLE PATRIMONIAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
658	PARA CADA BEM DE CARATER PERMANENTE. HÁ SERVIDOR DESIGNADO PARA GUARDA E CONSERVAÇÃO (ART 94 - 4320/64) ?		X	24/09/2018	a prefeitura possui um servidor responsável
<b>- AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
599	O CONTROLE INTERNO TEM ELABORADO INSTRUÇÕES NORMATIVAS A FIM DE REGULAMENTAR PROCEDIMENTOS?	X		24/09/2018	foi enviado aos departamentos através de email instrução para adiantamentos
<b>- CONTROLE DE PESSOAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
600	A DESPESA COM PESSOAL ESTÁ DENTRO DO LIMITE PRUDENCIAL DE 51,3% DEFINIDOS PELA LRF?		X	24/09/2018	no mês de agosto de 2018 a despesa foi de 53,3%
601	AS CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO ATÉ O PERIODO TEM AMPARO LEGAL ?		X	24/09/2018	não se aplica ao período

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 5 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- PLANO PLURIANUAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
575	OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PLANO PLURIANUAL POSSUEM OBJETIVOS E INDICADORES MENSURÁVEIS E PASSÍVEIS DE ATENDER O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO AUDESP?	X		24/09/2018	
577	A CLASSIFICAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DAS AÇÕES DO PPA, ESTÃO COMPATÍVEIS COM A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 42/99?	X		24/09/2018	
614	OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PPA APRESENTAM DESPESAS DE CAPITAL E PARA OS PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA?	X		24/09/2018	
615	O PPA ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, TAL COMO QUER O ART 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL?	X		24/09/2018	

<b>- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
616	HÁ AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR O CUSTEIO DE DESPESAS PRÓPRIAS DA UNIÃO E DO ESTADO? ( POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, TIRO DE GUERRA,, CARTÓRIO ELEITORAL ETC..)		X	24/09/2018	
579	FOI ELABORADO ANEXO DE METAS FISCAIS COM PROJEÇÃO DO RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO ?	X		24/09/2018	
580	EXISTE DISPOSITIVO NA LDO SOBRE OS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHOS DE ACORDO COM ART. 9º DA LRF?	X		24/09/2018	
617	HOVE DEBATE EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NOS MOLDES DO ART 48 DA LRF? E EXISTE ATAS QUE COMPROVEM SUA REALIZAÇÃO?	X		24/09/2018	
618	A LDO ESTÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, TAL COMO QUER O ART 48 DA LRF?	X		24/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 6 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
581	AS RECEITAS E DESPESAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO ESTÃO COMPATÍVEIS COM AS METAS FISCAIS PREVISTAS DA LDO?	X		24/09/2018	
582	NA ELABORAÇÃO DA LOA FORAM GARANTIDAS DOTAÇÕES PARA AS DESPESAS LEGALMENTE VINCULADAS E OBRIGATORIAS COMO A SAÚDE , EDUCAÇÃO , FUNDEB , PESSOAL E ENCARGOS?	X		24/09/2018	
619	FOI PREVISTA RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA SUPRIR PASSIVOS OCASIONAIS, CONTINGENTES, DESCRITOS NO ANEXO DE RISCOS FISCAIS DA LDO DE ACORDO COM ART 4 DA LRF?	X		24/09/2018	
620	O ORÇAMENTO LEGISLATIVO ATENDE AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS A DESPESA TOTAL, REMUNERAÇÃO DO VEREADOR E FOLHA DE PAGAMENTO?	X		24/09/2018	
621	OS PRECATÓRIOS DOS MAPAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E TRABALHO ESTÃO TODOS ALOCADOS NAS RESPECTIVAS DOTAÇÕES?	X		24/09/2018	
622	O ORÇAMENTO INCLUI AUTOIZAÇÃO GENÉRICA PARA TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIAS?	X		24/09/2018	
623	HOUVE DEBATE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, NOS MOLDES DO ART 48 DA LRF? E A RESPECTIVA ELABORAÇÃO DE ATA COMPROVANDO SUA REALIZAÇÃO?	X		24/09/2018	
624	A LOA ESTÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, COMO PEDE O ART 48 DA LRF?	X		24/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 7 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
576	A DEFINIÇÃO DAS METAS FISICAS NAS AÇÕES DO PPA , ESTÃO COMPATIVEIS COM OS RESPECTIVOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS AOS QUAIS ESTÃO VINCULADOS?	X		24/09/2018	
583	OS CRÉDITOS ADICIONAIS ATÉ O MOMENTO ESTÃO AMPARADOS POR AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS DO LEGISLATIVO, SEJA NO LIMITE ESTABELECIDO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL OU POR LEI ESPECIAL?	X		24/09/2018	
584	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO OS 25% CONSTITUCIONAIS NA EDUCAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO ?	X		24/09/2018	
585	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO OS 15% CONSTITUCIONAIS NA SAÚDE DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL N ° 29?	X		24/09/2018	
588	O REPASSE DE RECURSOS A CAMARA MUNICIPAL ESTÁ SENDO FEITO CORRETAMENTE DE ACORDO COM O ART 29 DA CONSTITUIÇÃO E NOS LIMITES NELA ESTABELECIDOS ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS?	X		24/09/2018	
589	A ARRECADAÇÃO DA RECEITA ACUMULADA ESTA EM CONFORMIDADE COM AS METAS BIMESTRAIS PREVISTA?	X		24/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 8 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
637	HOUVE ACORDOS LOCAIS DE PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUSTIÇA?		X	24/09/2018	
634	O ULTIMO MAPA ORÇAMENTÁRIO E A DÍVIDA JUDICIAL ANTERIOR ESTÃO SENDO PAGOS CONFORME AS MAIS RECENTES DETERMINAÇÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -STF?	X		24/09/2018	
635	TODA A DIVIDA JUDICIAL ESTÁ DEVIDAMENTE CONTABILIZADA NO BALANÇO PATRIMONIAL?	X		24/09/2018	
636	O REGISTRO ANALÍTICO DE PRECATÓRIOS CONTÉM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: DATA DO AJUIZAMENTO; NÚMERO DO PRECATÓRIO; TIPO DA CAUSA JULGADA; NOME DO BENEFICIÁRIO; VALOR DO PRECATÓRIO A SER PAGO; DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO, NÚMERO E DATA DO EMPENHO E DATA DO EFETIVO PAGAMENTO?	X		24/09/2018	
638	DISPÕE O MUNICÍPIO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP?	X		24/09/2018	
639	DISPÕE O MUNICÍPIO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS?	X		24/09/2018	
640	OS PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS ESTÃO SENDO ADIMPLIDOS?	X		24/09/2018	
641	OS VALORES RECOLHIDOS AO SISTEMA PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, AO INSS E AO FGTS SÃO COMPATÍVEIS COM O TAMANHO DA FOLHA DE PAGAMENTO?	X		24/09/2018	
642	AS DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS ESTÃO TODAS CONTABILIZADAS?	X		24/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- CONTROLE PATRIMONIAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
596	O SETOR DE PATRIMONIO ESTÁ REALIZANDO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DO BENS EM ATENDIMENTO AO MCASP?	X		24/09/2018	
656	EXISTE TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS?	X		24/09/2018	
657	OS BENS DE MAIORES VALORES TEM COBERTURA DE SEGURO?	X		24/09/2018	

- TRANSPARÊNCIA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
660	HÁ PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E/OU PENSÕES SEM EXISTÊNCIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA?		X	24/09/2018	
597	O MUNICIPIO TEM FEITO AS PUBLICAÇÕES LEGALMENTE EXIGIDAS DENTRO DOS PRAZOS PREVISTOS , SEGUNDO A LRF?	X		24/09/2018	
598	FORAM REALIZADAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA ELABORAÇÃO DO PPA E LDO E LOA COFORME EXIGÊNCIA DO ART. 48 DA LRF?	X		24/09/2018	
602	O MUNICIPIO TEM REALIZADO AS AUDIENCIAS PÚBLICAS QUADRIMETRAIS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS METAS FISCAIS DE ACORDO COM O ART. 48 DA LRF?	X		24/09/2018	

- CONTROLES FINANCEIROS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
625	O CADASTRO FISCAL MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO ESTÁ ORGANIZADO E ATUALIZADO?	X		24/09/2018	
626	A PLANTA GENÉRICA DE VALORES ESTÁ ATUALIZADA?	X		24/09/2018	
627	OS SETORES DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ESTÃO COM SUAS FUNÇÕES SEGREGADAS?	X		24/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 10 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- CONTROLE DE ALMOXARIFADO</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
605	É REALIZADA EMISSÃO DE DOCUMENTO DE REQUISÃO DE SAÍDA ?	X		24/09/2018	
606	EXISTE CONFERÊNCIA DA VALIDADE DOS PRODUTOS ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO?	X		24/09/2018	
667	HÁ DEFINIÇÃO DE ESTOQUES MÍNIMOS	X		24/09/2018	
668	OS INVENTÁRIOS TÊM SIDO PERIODICAMENTE REALIZADOS ?	X		24/09/2018	

<b>- ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
612	O SETOR FINANCEIRO RESPEITA UMA ORDEM CRONOLÓGICA REFERENTE AO PAGAMENTO DE FORNECEDORES?	X		24/09/2018	

<b>- TERCEIRO SETOR</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
644	O ERÁRIO FAZ A VERIFICAÇÃO SE ESTÁ SUBVENCIONANDO ENTIDADES IMPEDIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS?	X		24/09/2018	
645	AS TRANSFERÊNCIAS SUJEITARAM-SE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO?	X		24/09/2018	
646	AS ENTIDADES SUBVENCIONADAS ESTÃO CUMPRINDO AS METAS FÍSICAS DO CONVÊNIO?	X		24/09/2018	
647	AS CONTAS DOS CONVÊNIOS ESTÃO SENDO REGULARMENTE PRESTADAS?	X		24/09/2018	
648	AS DESPESAS RESPEITAM OS OBJETIVOS PACTUADOS NOS CONVÊNIOS?	X		24/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 11 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- PROCESSO LICITATÓRIO</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
649	OS EDITAIS ESTÃO CONFORME A SÚMULA 30 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO?	X		24/09/2018	
650	O OBJETO DA LICITAÇÃO FOI BEM DEFINIDO?	X		24/09/2018	
651	OS CONVITES TEM SIDO ENVIADOS PARA FORNECEDORES DIFERENTES?	X		24/09/2018	
652	OS EDITAIS DE LICITAÇÃO TEM OBEDECIDOS OS LIMITES DE VALORES ESTABELECIDOS NA LEI 8/666?	X		24/09/2018	

<b>- PROCESSO LEGISLATIVO</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
653	OS AGENTES POLITICOS ESTÃO OBEDECENDO O ART 68 DA LEI 4320/64 E NÃO RETIRANDO EM SEU PRÓPRIO NOME FUNDOS DE ADIANTAMENTOS?	X		24/09/2018	
654	OS GASTOS DA CÂMARA SÃO REALIZADOS DE FORMA CENTRALIZADA ,EVITANDO AS CHAMADAS VERBAS DE GABINETE E AJUDAS DE CUSTO?	X		24/09/2018	
655	O ATO QUE FIXOU O O SUBSIDIO DOS VEREADORES ACONTECEU ANTES DO PLEITO ELEITORAL?	X		24/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 12 de 13

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Controle Interno**

<b>- REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
663	OS INTEGRANTES DO REGIME PRÓPRIO SÃO EXCLUSIVAMENTE TITULARES DE CARGOS EFETIVOS?		X	24/09/2018	
666	EXISTE CONTA ESPECÍFICA PARA O FUNDO PREVIDENCIÁRIO, DISTINTA DA CONTA DA CONTA GERAL DO MUNICÍPIO?		X	24/09/2018	
659	O REGIME PREVIDENCIÁRIO FOI CRIADO POR LEI DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO?	X		24/09/2018	
664	HÁ REGISTRO CONTÁBIL INDIVIDUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES E DOS ENTES PATROCINADORES?	X		24/09/2018	
665	OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NÃO DIFEREM DOS PREVISTOS NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?	X		24/09/2018	
<b>- DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
611	AS DESPESAS PAGAS ATRAVÉS DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDAS A SERVIDORES MUNICIPAIS, SÃO AS DEFINIDAS EM LEI MUNICIPAL E ESTÃO DE ACORDO COM O ART. 68 DA LEI N° 4.320/64?	X		24/09/2018	
<b>- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
592	O MUNICÍPIO TEM REALIZADO CORRETAMENTE OS PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS ?		X	24/09/2018	não houve no período
<b>- CONTROLE PATRIMONIAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
595	O MUNICÍPIO REALIZOU LEVANTAMENTO GERAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 4320/64?	X		24/09/2018	o processo está em andamento para regularização dos imóveis cadastrados na prefeitura



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

**TCE - SP**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Controle Interno**

<b>- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
590	O MUNICIPIO TEM FEITO O CORRETO RECOLHIMENTO DE 1% DA RECEITA ARRECADADA PARA CONTRIBUIÇÃO DO PASEP?	X		24/09/2018	
591	O MUNICIPIO TEM FEITO O CORRETO REPASSE DOS ENCARGOS SOCIAIS?	X		24/09/2018	

<b>- PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
593	O MUNICIPIO TEM ENVIADO OS ARQUIVOS ELETRONICOS EXIGIDOS PELO AUDESP DENTRO DO PRAZO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES?	X		24/09/2018	
594	O MUNICIPIO TEM APLICADO CORRETAMENTE OS RECURSOS DE MULTA DE TRÂNSITO QUE DEVEM OBRIGATORIAMENTE SER APLICADOS EM DESPESAS COM SINALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO DE TRANSITO POLICIAMENTO ENGENHARIA DE TRAFEGO?	X		24/09/2018	

ANDREA CRISTINA LEITE DE FRANÇA  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
590	O MUNICIPIO TEM FEITO O CORRETO RECOLHIMENTO DE 1% DA RECEITA ARRECADADA PARA CONTRIBUIÇÃO DO PASEP?	X		24/09/2018	
591	O MUNICIPIO TEM FEITO O CORRETO REPASSE DOS ENCARGOS SOCIAIS?	X		24/09/2018	

- PRESTAÇÃO DE CONTAS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
593	O MUNICIPIO TEM ENVIADO OS ARQUIVOS ELETRONICOS EXIGIDOS PELO AUDESP DENTRO DO PRAZO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES?	X		24/09/2018	
594	O MUNICIPIO TEM APLICADO CORRETAMENTE OS RECURSOS DE MULTA DE TRÂNSITO QUE DEVEM OBRIGATORIAMENTE SER APLICADOS EM DESPESAS COM SINALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO DE TRANSITO POLICIAMENTO ENGENHARIA DE TRAFEGO?	X		24/09/2018	

ANDREA CRISTINA LEITE DE FRANÇA  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO



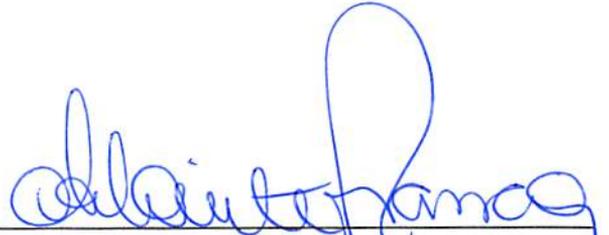
---

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

**PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Controle Interno**



---

ANDREA CRISTINA LEITE DE FRANÇA  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
231	O referido setor tem posto em prática os dizeres do estatuto do servidor, concedendo direitos e cobrando as obrigações dos servidores públicos deste município?		X	26/09/2018	não temos estatuto do servidor
242	Existe uma comissão, para avaliação semestral dos servidores que se encontram em estado probatório, em cumprimento ao art. 41 da Constituição Federal de 1988?		X	26/09/2018	não foi realizado avaliação dos servidores
246	O estatuto e o plano de cargos dos servidores encontra-se em conformidade com a legislação vigente?		X	26/09/2018	não temos estatuto apenas plano de cargos e salários do magistério
250	Os servidores seletistas não estáveis estão em quadro em extinção? E as contribuições previdenciárias e o FGTS estão sendo corrigidos e recolhidos?		X	26/09/2018	não se aplica
251	Os contratos temporários (ACTS), se extinguem no prazo previsto, não sendo renovados por sucessivas vezes?		X	26/09/2018	não se aplica
274	Os servidores admitidos em caráter temporário são selecionados através de processo seletivo público?		X	26/09/2018	não se aplica
235	O município possui e contribui com programas de qualificação e de aperfeiçoamento aos servidores públicos municipais?	X		26/09/2018	magistério municipal
247	O estatuto dos servidores públicos municipais, foi atualizado após as últimas alterações constitucionais?		X	26/09/2018	
227	A designação de funcionários, estáveis ou de provimento efetivo, para cargos comissionados ou cargos de confiança está legalmente previsto em lei?	X		26/09/2018	
228	As faltas ao trabalho, sem justificativa, por servidores municipais, estão sendo rigorosamente descontadas em folha de pagamento?	X		26/09/2018	
229	Todos os acréscimos concedidos em folha de pagamento dos funcionários municipais, estão legalmente protegidos?	X		26/09/2018	
230	A investidura em cargo ou emprego público está atendendo a legislação municipal, combinando com o art. 37 inciso II, da Constituição Federal de 1988?	X		26/09/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
232	As contribuições previdenciárias, parte do empregador e do empregado, são regularmente informados e efetuados os devidos recolhimentos?	X		26/09/2018	
233	As contribuições sociais para o PASEP, FGTS e INSS, são efetuadas nos prazos legais?	X		26/09/2018	
234	Os acúmulos remunerados de cargos públicos obedecem a legislação vigente, em conformidade ao art.37, inciso XVI, da Constituição Federal?	X		26/09/2018	
236	É exigida anualmente a renovação da declaração de imposto de renda e bens próprios, dos servidores municipais ocupantes de cargos comissionados?	X		26/09/2018	
237	As informações com relação a RAIS e DIRF, estão sendo feitas anualmente nos prazos legais?	X		26/09/2018	
238	São registradas em livro próprio ou arquivos magnéticos, em ordem cronológica, os editais de concurso público, contendo a citação de pelo menos o número com referência do ano, e a data do concurso?	X		26/09/2018	
239	As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de cargo efetivo, as condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme art.37 § V da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988?	X		26/09/2018	
241	Conforme o art. 37 § X da Constituição Federal, a remuneração dos servidores públicos e o subsídio, de que trata o § 4º do art. 39 da CF, são fixados ou alterados por lei específica?	X		26/09/2018	
243	O setor possui controle adequado das horas extras realizadas pelos servidores municipais?	X		26/09/2018	
244	O referido setor juntamente com a contadoria geral do município tem controlado os percentuais financeiros, máximos a serem despendidos com despesas de pessoal?	X		26/09/2018	
245	O setor tem realizado enquadramento, reenquadramento, transposição, progressão funcional, transferência e demais atos pertinentes à vida funcional do servidor?	X		26/09/2018	
248	Os atos de admissão e de demissão de pessoal, estão sendo publicados, fundamentado e	X		26/09/2018	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2018

Página 3 de 7

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	embasado na legislação vigente?				
253	Todos os pagamentos (gratificação, vantagens), de parcelas remuneratórias incidem sobre o vencimento básico, evitando assim o efeito "cascata"?	X		27/09/2018	
255	O poder executivo municipal publica anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos públicos? (art. 39 inciso III § 6º da Constituição Federal).	X		27/09/2018	
256	Setor observa para não existir situações de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal, conforme art.37, inciso XIII da Constituição Federal?	X		27/09/2018	
257	Existe um controle de férias e licenças, que são de direito de cada servidor, tomando providências para que não haja acúmulo das mesmas?	X		27/09/2018	
263	O setor possui quadro de pessoal e plano de carreira em conformidade o art. 39 § 1º e 8º da Constituição Federal?	X		27/09/2018	
264	Na cessão de servidor para outro ente da federação é procedido mediante autorização legislativa e convênio, cumprindo desta forma o art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000?	X		27/09/2018	
265	Os pagamentos de vencimentos e vantagens pecuniárias são autorizados em lei e estão de acordo com o valor legalmente autorizado?	X		27/09/2018	
267	O setor só admite servidores mediante concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão? (art.37 inciso II da Constituição Federal).	X		27/09/2018	
268	As gratificações não diferenciam os servidores ocupantes do mesmo cargo ou função (efetivo, estável ou comissionado), de acordo com o princípio constitucional da isonomia e impessoalidade? (art. 37, caput da Constituição Federal de 1988).	X		27/09/2018	
269	Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art.195 incisos I e II da Constituição Federal, são utilizados unicamente para a realização de despesas e pagamentos de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal?	X		27/09/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
270	É efetivada a contribuição previdenciária do empregador e está sendo recolhidas as cotas de contribuição patronal à instituição de previdência, de acordo com o disposto no art.195 inciso I da Constituição Federal?	X		26/09/2018	
271	É efetivada a contribuição previdenciária dos empregados e estão sendo recolhida as cotas de contribuição à instituição devida, de acordo com o disposto no art.195 inciso II da Constituição Federal?	X		26/09/2018	
272	A legislação de pessoal está de acordo com as disposições constitucionais pertinentes?	X		26/09/2018	
273	Há legislação que regulamente, a admissão por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público?	X		26/09/2018	
275	As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidor ocupantes de cargo de provimento efetivo?	X		26/09/2018	
276	O cadastro dos servidores públicos municipais, e dos agentes políticos, estão individualizados, e com o prontuário em que conste a "vida funcional" de cada um deles?	X		26/09/2018	
277	Há estabelecimento prévio de escala de férias e há controle efetivo de férias?	X		26/09/2018	
278	A administração disponibiliza, quando necessário, aos seus servidores equipamentos de proteção individual - EPI?	X		26/09/2018	
279	O pagamento de adicionais de insalubridade e de periculosidade está de acordo com a legislação e de conformidade com laudo incidência promovido por profissionais de medicina do trabalho?	X		26/09/2018	
280	As licenças e afastamentos são concedidos de conformidade com a legislação de pessoal do município?	X		26/09/2018	
281	São determinados sindicâncias e processos administrativos, para apuração de responsabilidades funcionais dos servidores municipais?	X		26/09/2018	
282	O salário-família pago aos servidores municipais, está de acordo com os valores devidos, obedecendo à faixa de limite de idade dos dependentes beneficiados? (art.7º, inciso XII e 39,	X		26/09/2018	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	§ 3º da Constituição Federal).				
283	O pagamento de serviços extraordinários a servidores, é precedido de requisição da chefia e aval da autoridade competente de acordo com o estatuto dos servidores públicos municipais?	X		26/09/2018	
284	Existe registro de controle de entrada e saída dos funcionários através de cartão ponto ou livro ponto?	X		26/09/2018	

<b>- REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
262	O município instituiu o regime previdenciário para os servidores, conforme previstos no art. 40 da Constituição Federal?	X		27/09/2018	

**GERSON APARECIDO DELINARDI  
SUPERVISOR DEPARTAMENTO PESSOAL**

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - BA

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

<b>- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
13	A entidade utiliza de programas de capacitação continuada de servidores e empregados?		X	26/09/2018	somente o magistério municipal tem feito capacitação
16	É feito acompanhamento de contratos de servidores por tempo determinado, analisando sua legalidade e visando a observância das obrigações contratuais neles contidas?		X	26/09/2018	não se aplica ao período
20	Estão sendo cumpridos os limites relativos a despesa de pessoal estabelecidos por legislação federal?		X	26/09/2018	em junho de 2018 o índice foi de 53,3%
9	Existem registros/fichas funcionais e financeiras individualizados dos servidores do órgão ou entidade, aí se incluindo os ocupantes de cargos de provimento permanente ou efetivos, ativos e inativos, de cargos de provimento temporários (cargos em comissão) e os empregados contratados sob o regime celetista?	X		26/09/2018	
10	São feitos registros contendo dados pessoais dos servidores e empregados, atos e datas de admissões, cargos ocupados ou funções exercidas, lotações, remunerações e alterações ocorridas em suas vidas profissionais?	X		26/09/2018	
11	São feitos e mantidos atualizados registros das pensões e aposentadorias concedidas, identificando os nomes dos beneficiados e as respectivas fundamentações legais?	X		26/09/2018	
12	Existem controles de freqüências em arquivos e prontuários atualizados e organizados?	X		26/09/2018	
14	Existe segregação das funções de cadastro e de folha de pagamento?	X		26/09/2018	
15	Os servidores inativos e pensionistas são periodicamente recadastrados?	X		26/09/2018	
18	Os gastos com folhas de pagamento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal são analisados quanto a legalidade e legitimidade?	X		26/09/2018	
19	Existe geração constante e freqüente de relatórios gerenciais relativos aos recursos humanos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal?	X		26/09/2018	



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

**TCE - BA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Administração de Pessoal**

---

**GERSON APARECIDO DELINARDI**  
**SUPERVISOR DEPARTAMENTO PESSOAL**



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Educação

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
471	O setor tem acompanhado os gastos com a manutenção, e o desenvolvimento do ensino, assegurando a aplicação dos percentuais mínimos, nas condições constitucionais e legais pertinentes?	X			

- BENS EM ALMOXARIFADO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
488	Quanto ao transporte da merenda escolar, o produto transportado, acompanha em anexo ficha de controle, que após a mercadoria ser conferida, a mesma é assinada pelo receptor da referida mercadoria?	X			
489	O setor tem controle de estoque de todos os elementos componentes da merenda escolar, dando entrada e saída para cada unidade escolar?	X			
490	Os alimentos componentes da merenda escolar, são armazenados em local de perfeita higiene, local este que não comprometa a qualidade dos produtos?	X			
491	Existe um responsável por este setor, com limitado acesso de pessoas ao local de armazenamento do produto, evitando assim um "possível erro" no fechamento do estoque, na prestação de contas?	X			
495	Quanto à distribuição do material escolar, é baixado em ficha de estoque, e assinada pelo retirante especificando o destino dos mesmos?	X			



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Educação

- AÇÃO GOVERNAMENTAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
472	O setor planeja e desenvolve a educação infantil, com a finalidade de atingir o desenvolvimento integral da criança de seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família?	X				
473	A Secretaria Municipal de Educação, possui dados cadastrais atualizados de cada aluno(a) com matrícula na rede municipal de ensino?	X				
474	O setor de administração da Secretaria Municipal de Educação, possui em seus arquivos os históricos escolares dos(as) alunos(as), que freqüentam a rede municipal de ensino e outros que estudaram em anos anteriores?	X				
475	A Secretaria Municipal de Educação tem disponibilizado, diários de classe para os professores da rede municipal de ensino?	X				
476	A Secretaria Municipal de Educação, possui controle de atestados de vagas e freqüência, informando a escola e a série que cada aluno freqüenta, ou deverá freqüentar?	X				
477	Na Secretaria Municipal de Educação, existe um controle de movimento escolar, dos alunos que freqüentam a rede municipal de ensino (como: cursando, transferidos, admitidos e desistentes)?	X				
478	A Secretaria Municipal de Educação tem controle de qual a distorção idade/série da rede municipal de ensino?	X				
479	A Secretaria Municipal de Educação, disponibiliza um controle dos motivos de desistências, ou o porquê do grande número de faltas individuais, dos alunos da rede municipal de ensino?	X				
480	Existe por parte da administração da Secretaria Municipal de Educação, um controle das atividades pedagógicas realizadas pela referida secretaria?	X			falta, lista de presença.	
481	Os custos de manutenção dos ativos na área da educação se relacionam adequadamente com os benefícios gerados nessa área?	X				
487	O setor desenvolve atividades com objetivo de ativar a criatividade dos jovens, para participação nas práticas educacionais artísticas e esportivas?	X				
492	Existe um nutricionista responsável, pela merenda	X				



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Educação

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	escolar das escolas de responsabilidade do município (municipal), vistoriando freqüentemente os produtos em estoque?				
493	Existe um controle adequado com relação à distribuição de merenda escolar para as escolas da rede municipal de ensino?	X			
494	Com relação à merenda escolar oferecida, as escolas da rede municipal de ensino, são submetidas a algum tipo de controle que permita aferir sua qualidade?	X			

Data da Impressão: 28/09/2018

Prazo para a Entrega: 28/09/2018

  
DAIANE CRISTINA RISSETTA DE VITO  
DIRETORA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Compras**

<b>- DESPESA</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
289	São publicadas, mensalmente em órgão de divulgação ou em quadro de aviso de amplo acesso público, a relação de todas as compras feitas pela administração direta ou indireta, conforme art. 16 da Lei nº 8.666/93?	X		24/09/2018	
290	As compras são feitas com sua devida e adequada característica dos objetos e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento? (art. 14, da Lei nº 8.666/93)	X		24/09/2018	
291	As notas fiscais, para fins de comprovação de despesas públicas, indicam: I - data de emissão, nome e endereço da repartição destinada; II - a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitem sua perfeita identificação; III - os valores, unitários e total, das mercadorias e o valor total da operação?	X		24/09/2018	
292	Os documentos comprobatórios de despesas, estão preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade?	X		24/09/2018	
293	As notas fiscais relativas a conserto de veículos, possuem a identificação do número da placa e a quilometragem registrada do hodômetro?	X		24/09/2018	
294	O setor de compras, previamente verifica a existência de créditos ou recursos orçamentários para a realização de despesas? (art. 167, inciso II da Constituição Federal).	X		24/09/2018	
295	Os comprovantes das despesas realizadas são identificados com carimbo ou declaração do recebimento do material e/ou do serviço executado, com identificação do responsável pelo recebimento?	X		24/09/2018	
296	Nas compras de bens, mercadorias e serviços efetuados pela administração é feita a verificação da situação do fornecedor perante a fazenda municipal e com as obrigações previdenciárias e sociais?	X		24/09/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Compras

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
298	É observado na contratação entre o município e empresas, que os seus acionistas não tenha vínculos de parentesco, ligando-os a agentes da administração municipal? (art. 9º inciso III da Lei nº 8.666/93 e Lei orgânica municipal).	X		24/09/2018	
320	Todo processo de realização de despesa é emitido ordem de compra/serviços para emissão de empenho prévio?	X		24/09/2018	

ELIANA MARIA PIVA AMADIO  
CHEFE DE COMPRAS

Eliana Maria Piva Amadio  
Chefe seção Material e Patrimônio  
RG 15.648.763



**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Patrimônio**

<b>- BENS PATRIMONIAIS</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
349	Existe normatização sobre o que é considerado bem para fins de incorporação patrimonial?		X	24/09/2018	O assunto encontra-se em fase de normatização

<b>- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
369	Os valores de bens móveis e imóveis, quando na realização da despesa, estão sendo registrados no sistema patrimonial, atendendo os princípios contábeis?	X		24/09/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Patrimônio**

<b>- BENS PATRIMONIAIS</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
337	O setor de patrimônio, vem providenciando regularmente os registros legais do tombamento de bens móveis e imóveis, considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o município?	X		24/09/2018	
338	O setor vem promovendo os atos necessários à escrituração e registro dos bens imóveis?	X		24/09/2018	
339	O setor de patrimônio, vem promovendo o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação e baixa de bens patrimoniais?	X		24/09/2018	
340	O setor de patrimônio e almoxarifado vem elaborando laudos de avaliação dos bens e materiais inservíveis, promovendo a devida alienação, na forma da lei?	X		24/09/2018	
341	Os bens do município estão todos etiquetados ou marcados com o número de tombamento?	X		24/09/2018	
342	São efetuados anualmente levantamentos físicos de localização dos bens para verificação da confiabilidade das informações?	X		24/09/2018	
343	O setor possui registros dos bens permanentes com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração de acordo com o art. 94 da Lei nº 4.320/64?	X		24/09/2018	
344	O setor tem levantado os bens móveis e imóveis, tendo por base o inventário analítico, com a descrição física / financeira do bem, para fazer-se a conferência com a escrituração contábil? (art. 96 da Lei 4.320/64)	X		24/09/2018	
345	Os relatórios dos bens patrimoniais contêm as assinaturas dos responsáveis pela guarda de tais bens?	X		24/09/2018	
346	O município possui elenco de contas, das incorporações patrimoniais, registrando a natureza do bem, grupo, classe, identificador individual, os bens em situação pendente, os bens cedidos e os bens em manutenção?	X		24/09/2018	
347	O município possui servidor(es) responsável(is) pelo patrimônio da prefeitura municipal?	X		24/09/2018	
348	Todos os bens são identificados em local de fácil visualização?	X		24/09/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Patrimônio**

<b>- BENS PATRIMONIAIS</b>					
<b>CÓD.</b>	<b>ITEM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBS.</b>
350	Todos os servidores são instruídos sobre procedimentos básicos, de controle dos bens patrimoniais, e os setores dispõem orientações de formulários de transferências de bens patrimoniais?	X		24/09/2018	
351	O sistema de patrimônio permite o cadastro com a descrição completa do bem; (nota fiscal, empenho, características, localização, reavaliações, reformas, etc)?	X		24/09/2018	
352	Os bens são classificados, quanto o seu estado de conservação como ótimo, bom, razoável ou inservível como: ocioso, recuperável, antieconômico, irrecuperável?	X		24/09/2018	
353	Existe documentação de todos os bens móveis e imóveis cedidos ao município?	X		24/09/2018	
354	Os bens inservíveis são recolhidos ao almoxarifado, e todas as baixas são informadas ao setor de contabilidade?	X		24/09/2018	
355	As transferências de bens de um setor para outro são autorizadas pelo responsável pelo patrimônio da prefeitura municipal?	X		24/09/2018	
356	O cadastro dos bens, possui as informações necessárias, a identificação do bem desde sua origem até o destino final?	X		24/09/2018	
357	Todos os bens móveis e imóveis, doados, cedidos ou alienados são legalmente autorizados, contabilizados e baixados do patrimônio?	X		24/09/2018	
358	Quanto aos bens permutados são autorizados por lei específica?	X		24/09/2018	
360	No recebimento de bens móveis e imóveis doados por ente da federação, associações civis, assistenciais ou mesmo pessoas físicas ou jurídicas, é realizada mediante autorização legislativa, em atenção ao princípio da legalidade? (art. 37 da Constituição Federal de 1988).	X		24/09/2018	
361	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - livros próprios (informatizados), registrando o inventário atualizado dos bens patrimoniais existentes?	X		24/09/2018	



---

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO  
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO  
Patrimônio

---

ELIANA MARIA PIVA AMADIO  
CHEFE COMPRAS E PATRIMÔNIO

Eliana Maria Piva Amadio  
Chefe seção Material e Patrimônio  
RG 15.648.763



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Compras

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
74	As descrições e especificações são lançadas, de forma clara e detalhada, nas Notas de Empenho, Notas Fiscais, Recibos, cotações de preços, nos casos de aquisições por dispensa de licitação, e outros documentos similares?	X		24/09/2018	
77	Na aquisição do bem ou serviço é analisada a caracterização do interesse público?	X		24/09/2018	

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
40	O órgão ou entidade mantém cadastro atualizado de empresas que forneçam materiais ou equipamentos?	X		24/09/2018	

- OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
56	Ocorrem requisições de materiais, bem como remanejamentos dos excedentes de ou para outras obras?	X		24/09/2018	

ELIANA MARIA PIVA AMADIO  
CHEFE DE COMPRAS

Eliana Maria Piva Amadio  
Chefe seção Material e Patrimônio  
RG 15.648.763



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Patrimônio

- BENS PATRIMONIAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
21	São realizados inventários físicos periódicos dos bens patrimoniais em períodos não superiores a (01) um ano?	X		24/09/2018	
22	Os bens de natureza permanente receberam números seqüenciais de registro patrimonial para identificação e inventário, por ocasião da aquisição ou da incorporação ao patrimônio?	X		24/09/2018	
23	A numeração foi efetuada mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta apropriada e carimbo, no caso de material bibliográfico?	X		24/09/2018	
24	Os bens estão registrados em fichas ou livros de inventário, dos quais constem data de aquisição, incorporação ou baixa, descrição do bem, quantidade, valor, número do processo e identificação do responsável por sua guarda e conservação?	X		24/09/2018	
25	Existem arquivos de notas fiscais para bens móveis?	X		24/09/2018	
26	Existem termos de responsabilidades sobre um bem ou sobre um lote de bens?	X		24/09/2018	

ELIANA MARIA PIVA AMADIO  
CHEFE COMPRAS E PATRIMÔNIO

Eliana Maria Piva Amadio  
Chefe seção Material e Patrimônio  
RG 15.648.763